


A INFANTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS IMPACTOS NA EVASÃO ESCOLAR

THE INFANTILIZATION OF PEDAGOGICAL METHODOLOGIES IN YOUTH AND ADULT EDUCATION AND ITS IMPACTS ON SCHOOL DROPOUT

 <https://doi.org/10.63330/armv2n5-070>

Submetido em: 25/05/2026 e Publicado em: 01/06/2026

Ernestina Ramos Cunha

Graduanda de Pedagogia, UNIVASSOURAS
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6827129585875931>

Elizângela Ramos Cunha Pacheco

Graduanda de Pedagogia, UNIVASSOURAS
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6899901095609933>)

Laís Lemos Silva Novo Pinheiro

Doutora em Educação, UERJ, docente UNIVASSOURAS
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5165090589012151>

Jaqueline Batista Cordeiro

Mestra em Educação, UERJ, docente UNIVASSOURAS
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6980696492560628>

RESUMO

A presente pesquisa investiga a relação entre a infantilização das metodologias de ensino e a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este estudo parte da compreensão de que o estudante da EJA necessita ser reconhecido em sua condição de sujeito adulto, com autonomia, experiências e trajetórias próprias, para que sua permanência na escola seja fortalecida. A pesquisa é qualitativa, de cunho bibliográfico e descritivo, fundamentada em autores como Paulo Freire, Miguel Arroyo e Malcolm Knowles. Os resultados indicam que materiais descontextualizados, linguagem condescendente e ambientes inadequados geram desumanização e estranhamento de identidade no educando. Conclui-se que superar a evasão exige princípios andragógicos que valorizem a experiência prévia e a utilidade prática do conhecimento, transformando a sala de aula em um espaço de diálogo, justiça cognitiva e emancipação social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Infantilização Pedagógica; Evasão Escolar; Andragogia; Protagonismo.



ABSTRACT

This research investigates the relationship between the infantilization of teaching methodologies and school dropout in Youth and Adult Education (EJA). This study starts from the understanding that EJA students need to be recognized as adult subjects, with autonomy, experiences, and their own trajectories, so that their continued presence in school is strengthened. The research is qualitative, with a bibliographic and descriptive approach, grounded in authors such as Paulo Freire, Miguel Arroyo, and Malcolm Knowles. The results indicate that decontextualized materials, condescending language, and inadequate environments generate dehumanization and alienation of identity in learners. It is concluded that overcoming dropout rates requires andragogical principles that value prior experience and the practical usefulness of knowledge, transforming the classroom into a space for dialogue, cognitive justice, and social emancipation.

Keywords: Youth and Adult Education; Pedagogical Infantilization; School Dropout; Andragogy; Protagonism.

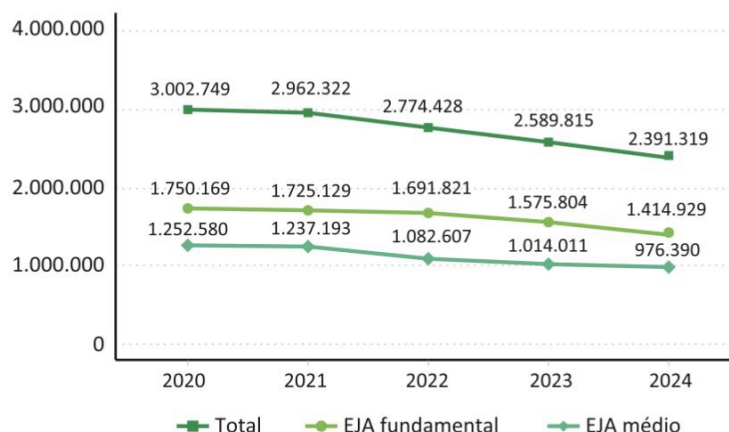
1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que assegura o direito à escolarização de pessoas que, por diferentes motivos, interromperam seus estudos, promovendo o acesso ao conhecimento e contribuindo para a democratização da educação. Apesar de sua relevância social, a EJA ainda enfrenta desafios expressivos, como os altos índices de evasão escolar e redução contínua no número de matrículas.

Dados do Censo Escolar, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstram que houve diminuição progressiva no período de 2018 a 2022, sendo registrado uma queda de 22% no número de matrículas, reduzindo de 3,5 milhões para 2,7 milhões. Dados mais recentes do Censo Escolar indicam que essa tendência não apenas se manteve no período pós-pandemia, mas também se intensificou no ano de 2024. Nesse período a EJA atingiu cerca de aproximadamente 2,4 milhões de matrículas, com redução de aproximadamente 7,7% em relação a 2023, configurando o menor patamar dos últimos anos (Brasil, 2025), conforme evidenciado no Gráfico 1.



Gráfico 1 – Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Brasil (2020–2024)



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Brasil, 2025, p. 33) Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf

Esses dados indicam que a evasão não decorre apenas de fatores externos como condições socioeconômicas e de trabalho, mas também de práticas pedagógicas que nem sempre dialogam com a realidade e as experiências de vida dos alunos. Estudos recentes, como o de Dias, Souza e Ferreira (2023), reforçam essa compreensão ao evidenciar que o distanciamento entre as metodologias utilizadas e o perfil dos estudantes da EJA contribui significativamente para o abandono escolar. Frente a esse cenário, destaca-se a infantilização das metodologias de ensino, caracterizada pela adoção de estratégias originalmente voltadas ao público infantil, muitas vezes aplicadas sem adaptação às vivências sociais e trajetórias dos estudantes jovens, adultos e idosos.

Mendes e Oliveira (2017) destacam que a permanência dos estudantes na EJA está relacionada à adoção de práticas pedagógicas mais adequadas ao perfil do aluno adulto, capazes de promover maior engajamento no processo de aprendizagem. Nesse sentido, quando prevalecem métodos infantilizados, ocorre uma ruptura entre a identidade adulta dos estudantes e a proposta escolar, o que contribui para o abandono. Nesse contexto, Cavalcanti (2019, p. 13) aponta que “traziam para a sala de aula atividades que não condizem com o perfil dos educandos da EJA, ou seja, atividades que são idênticas às transmitidas para crianças da educação infantil e ensino fundamental do ensino dito regular”.

Diante desse cenário, torna-se necessário repensar as práticas pedagógicas adotadas na EJA, valorizando abordagens baseadas no diálogo, na problematização e no reconhecimento das experiências de vida dos estudantes. Nessa perspectiva, este estudo busca investigar de que forma a infantilização das metodologias de ensino aplicadas na EJA pode contribuir para a evasão escolar, refletindo sobre caminhos que promovam a permanência e o protagonismo dos educandos.

A escolha da temática justifica-se pela necessidade de compreender de que forma determinadas práticas pedagógicas influenciam a permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos. A utilização das metodologias de forma inadequada, especialmente as que infantilizam o processo do ensino



e aprendizagem, pode gerar desmotivação e contribuir para o aumento da descontinuidade dos estudos na EJA.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma política pública de inclusão educacional, voltada à garantia do direito à aprendizagem daqueles que não concluíram seus estudos na idade regular, conforme previsto na legislação educacional brasileira. (Brasil, 1996, art. 37). Contudo, apesar de sua importância, observa-se uma diminuição significativa nas matrículas, o que evidencia um cenário preocupante de evasão escolar (Brasil, 2025).

Entre os fatores que influenciam esse fenômeno, destacam-se as práticas pedagógicas inadequadas ao perfil dos estudantes adultos, em especial a infantilização das metodologias de ensino, que tende a desconsiderar sua maturidade, autonomia e bagagem cultural. Nesse contexto, compreender a maneira que essas práticas contribuem para o desinteresse é fundamental, para fortalecer a modalidade.

Dessa forma, este estudo delimita-se pela seguinte questão norteadora: de que maneira as práticas pedagógicas infantilizadas influenciam o desinteresse e a consequente evasão dos estudantes na modalidade EJA? Para responder a esse problema, optou-se por uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo. Essa abordagem possibilita uma análise interpretativa dos fenômenos educacionais, priorizando a compreensão aprofundada do objeto de estudo, conforme destaca Minayo (2001).

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de produções acadêmicas já publicadas, como artigos científicos, dissertações, livros e relatórios institucionais. De acordo com Gil (2008), esse tipo de pesquisa permite a construção do conhecimento a partir de materiais previamente elaborados, contribuindo para uma análise crítica do tema.

Para a construção do estudo, foi realizado levantamento em bases de dados eletrônicas, como Google Acadêmico, SciELO, revistas científicas e repositórios institucionais. Os descritores utilizados foram: “Educação de Jovens e Adultos”, “evasão escolar”, “infantilização das metodologias de ensino” e “andragogia”, combinados por meio de operadores booleanos.

Foram considerados materiais publicados em língua portuguesa, no período de 2015 a 2025, a fim de contemplar produções recentes sobre a temática, sendo excluídos estudos que não estabeleçam relação direta com o objeto investigado. Além disso, foram utilizados autores clássicos da área, cujas contribuições teóricas são fundamentais para a compreensão do fenômeno investigado.

Após a seleção dos materiais, realizou-se leitura exploratória, seletiva e analítica, com o objetivo de identificar e compreender as abordagens dos autores acerca das práticas pedagógicas na EJA, seguida da organização e interpretação dos dados de forma descritiva.



2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, CRÍTICA À INFANTILIZAÇÃO E A PERSPECTIVA ANDRAGÓGICA

Esta seção tem como finalidade apresentar o aporte teórico que sustenta a discussão acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no que se refere ao fenômeno da evasão escolar e às práticas pedagógicas adotadas nessa modalidade de ensino. Para isso, são consideradas as contribuições de estudiosos da área, como Miguel Arroyo e Paulo Freire, cujas reflexões permitem compreender as particularidades dos sujeitos que compõem a EJA, bem como as concepções educativas que orientam o processo de ensino e aprendizagem nesse contexto.

A partir dessas perspectivas, discute-se também de que maneira determinadas práticas pedagógicas, especialmente aquelas que desconsideram as características do público adulto, podem influenciar o interesse, a permanência e o percurso escolar desses estudantes. Assim, este estudo está estruturado em quatro eixos principais: a compreensão das trajetórias dos estudantes da EJA, a análise das concepções pedagógicas que orientam o trabalho educativo, a reflexão sobre os impactos das metodologias utilizadas no processo de permanência ou evasão escolar e a conceituação de andragogia.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: SUJEITOS E SUAS TRAJETÓRIAS

No Brasil, a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está diretamente associada às desigualdades sociais e educacionais que marcaram o desenvolvimento histórico do país. Conforme destacam Haddad e Di Pierro (2000), essa modalidade sempre foi marcada por políticas descontínuas e por uma oferta educacional historicamente fragilizada, refletindo as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Durante muitos anos, o acesso à escolarização esteve restrito a determinados grupos sociais, o que contribuiu para elevados índices de analfabetismo entre jovens e adultos. Nesse cenário, a EJA passa a ser compreendida como uma estratégia educacional voltada à garantia do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade considerada regular.

As primeiras iniciativas voltadas à alfabetização da população adulta ganharam maior visibilidade a partir da primeira metade do século XX, quando o analfabetismo começou a ser reconhecido como um problema social relevante. Nesse período, foram implementadas diversas campanhas nacionais com o objetivo de ampliar o acesso à educação básica. Entre elas destaca-se a Campanha de Educação de Adultos, criada em 1947, que buscava oferecer oportunidades de escolarização a indivíduos que permaneciam fora do sistema educacional (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001).

Na década de 1960, novas perspectivas pedagógicas passaram a influenciar a educação de adultos, especialmente a partir das contribuições de Paulo Freire. O educador defendia uma proposta de alfabetização fundamentada no diálogo, na problematização da realidade social e na valorização das



experiências dos educandos. Para Freire, o processo educativo deveria ultrapassar a simples transmissão de conteúdos, buscando promover a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Entretanto, com a instauração do regime militar em 1964, muitas das iniciativas inspiradas nessas concepções pedagógicas foram interrompidas ou modificadas. Nesse período foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, programa que tinha como finalidade reduzir os índices de analfabetismo no país. Apesar de sua ampla abrangência, o programa recebeu críticas por priorizar uma alfabetização mais instrumental, voltada principalmente à inserção da população no mercado de trabalho.

Com o processo de redemocratização ocorrido a partir da década de 1980, a educação de jovens e adultos passou a ser discutida sob uma perspectiva mais ampla, relacionada ao direito à educação e à inclusão social. Esse entendimento foi fortalecido pela Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que reconheceu oficialmente a EJA como uma modalidade da Educação Básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Apesar dos avanços alcançados no campo das políticas educacionais, a Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta desafios significativos, entre eles os elevados índices de evasão escolar. Tal realidade evidencia a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa modalidade, considerando as especificidades do público atendido e a importância de promover um processo educativo mais significativo, capaz de dialogar com as experiências e realidades dos estudantes.

Para compreender a complexidade da evasão escolar entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), torna-se necessário refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas nesse contexto e sua adequação às especificidades desse público. Diferentemente do ensino destinado às crianças, a EJA atende sujeitos que já possuem trajetórias de vida marcadas por experiências sociais, profissionais e familiares diversas. Além disso, é importante considerar que o público da EJA é bastante diverso em relação à idade, reunindo jovens, adultos e idosos no mesmo espaço educativo. Essa heterogeneidade faz com que as necessidades de aprendizagem não sejam as mesmas, já que são atribuídos diferentes sentidos à escola variando de acordo com as experiências de vida e o momento em que cada sujeito se encontra.

Estudos recentes apontam que a EJA se caracteriza justamente por essa diversidade de perfis sociais, culturais e etários, o que exige práticas pedagógicas mais sensíveis e contextualizados (Bastos, 2024). Nesse cenário, enquanto os jovens tendem a ter maior familiaridade com a dinâmica escolar, os estudantes idosos, muitas vezes, necessitam de abordagens que respeitem seus ritmos e trajetórias, o que evidencia ainda mais os limites da utilização de metodologias infantilizadas de forma uniforme.

Como parte desse processo educativo, há necessidade para o reconhecimento dessas vivências como parte constitutiva da aprendizagem. Conforme destaca Arroyo (2005), os sujeitos da EJA são historicamente



marcados por processos de exclusão social e educacional, sendo necessário que a escola compreenda suas histórias e saberes como elementos fundamentais para a construção do conhecimento.

Ao desconsiderar essas experiências e aplicar metodologias que reproduzem práticas voltadas ao público infantil, a escola corre o risco de reforçar sentimentos de desvalorização e inadequação entre os estudantes adultos. Arroyo (2005, p.167) ressalta que “os jovens e adultos que retornam à escola trazem consigo saberes construídos em suas trajetórias de vida e trabalho, que precisam ser reconhecidos no processo educativo”. Dessa forma, quando a prática pedagógica ignora essas experiências, estabelece-se um distanciamento entre o conteúdo escolar e a realidade vivida pelos educandos.

2.2 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E CRÍTICA À EDUCAÇÃO BANCÁRIA

Essa problemática também pode ser compreendida a partir das reflexões de Freire (1987) acerca das práticas educativas tradicionais. O autor apresenta uma crítica ao modelo que denomina de educação bancária, conceito utilizado para caracterizar uma forma de ensino em que o conhecimento é tratado como algo pronto e acabado, sendo transmitido pelo professor e armazenado pelos alunos, de maneira semelhante a um depósito. Nesse modelo, o educador assume a posição de transmissor do saber, enquanto o estudante é visto como um receptor passivo das informações apresentadas.

De acordo com essa perspectiva, o processo educativo ocorre de forma verticalizada, sem considerar a participação ativa dos educandos na construção do conhecimento. Nesse sentido, Freire afirma que “em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos recebem, memorizam e repetem” (Freire, 1987, p. 37). Essa concepção de ensino transforma o aprendizado em um processo mecânico de memorização, desconsiderando as experiências, saberes e vivências que os estudantes trazem para o ambiente escolar.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa crítica ganha ainda mais relevância, dado que os estudantes dessa modalidade carregam trajetórias marcadas por diversas experiências sociais, profissionais e culturais. Práticas pedagógicas que desconsideram esses saberes prévios e focam apenas na transmissão de conteúdos reduzem as chances de uma aprendizagem significativa. Por conseguinte, torna-se indispensável que o processo educativo priorize o diálogo, a participação e a troca de saberes entre educador e educando. Essa perspectiva, fundamentada na interação entre os sujeitos e suas vivências, viabiliza uma práxis educativa alinhada às especificidades da EJA, conectando o aprendizado à realidade dos discentes.

Nesse sentido, a crítica à educação bancária também permite compreender a presença de práticas pedagógicas que infantilizam o processo educativo na Educação de Jovens e Adultos. Quando o ensino é organizado de forma rígida, centrado apenas na transmissão de conteúdos e desconsidera as experiências e a maturidade dos estudantes, reforça-se uma lógica que reduz o educando a um papel passivo no processo



de aprendizagem. Essa dinâmica aproxima-se daquilo que Freire critica ao afirmar que o conhecimento não deve ser simplesmente depositado no aluno, mas construído por meio do diálogo e da problematização da realidade. Assim, a infantilização das metodologias pode ser entendida como uma prática que limita a participação ativa dos estudantes da EJA, dificultando a construção de uma aprendizagem significativa e contribuindo para o distanciamento entre o educando e o ambiente escolar.

A partir dessas reflexões, torna-se possível compreender que determinadas práticas pedagógicas tradicionais ainda presentes no contexto educacional podem desconsiderar as especificidades dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Entre essas práticas, destaca-se a utilização de metodologias que não dialogam com a realidade e a maturidade dos educandos, o que pode resultar em processos de ensino inadequados a esse público. Diante disso, torna-se relevante discutir de que maneira a infantilização das metodologias pode impactar o processo de aprendizagem e a permanência dos estudantes na EJA.

2.3 INFANTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS E IMPACTOS NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

A descaracterização do sujeito adulto no ambiente escolar manifesta-se, principalmente, através da adaptação inadequada de métodos infantis para as salas de aula da EJA. Essa prática, longe de ser um mero equívoco didático, estabelece uma barreira invisível que negligencia a maturidade do educando em favor de um modelo escolar estruturado. O fenômeno da infantilização ocorre quando a escola ignora que o aluno sentado à frente do professor não é uma "tábua rasa", mas um indivíduo que gerencia lares, sustenta famílias e possui uma leitura de mundo complexa, ainda que não formalizada pelo letramento.

Para compreender como essa dinâmica afeta a permanência, é preciso identificar as manifestações concretas dessa infantilização no cotidiano pedagógico e comparar com as dinâmicas adequadas para a faixa etária:



Quadro 1- Confronto entre Práticas Emancipatórias e Práticas Infantilizadoras no Cotidiano da EJA

O QUE FAZER	O QUE NÃO FAZER
Utilizar linguagem respeitosa, horizontal e acolhedora, onde há reconhecimento do sujeito adulto, que possui vivências, saberes e experiências próprias, estimulando sua participação, valorizando suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios, de forma que se sintam pertencentes, respeitados e protagonistas no processo de aprendizagem.	O uso frequente de diminutivos, como “provinha” ou “desenhinho”, pode gerar desconforto entre os estudantes adultos, pois transmite uma ideia infantilizada do processo de aprendizagem, subestimando a capacidade intelectual do aluno, reforçando uma relação de poder verticalizada, típica das séries iniciais.
Trabalhar com materiais contextualizados à vida cotidiana, profissional e social dos estudantes, como notícias, formulários, contratos, receitas, itinerários, direitos trabalhistas e temas atuais de interesse do grupo, favorecendo uma aprendizagem mais significativa, prática e relacionada às necessidades reais do aluno da EJA.	Utilizar material didático infanto-juvenil, que trazem universos semânticos distantes do adulto, com atividades excessivamente infantilizadas, pois essas práticas dificultam a identificação do estudante com o conteúdo e tornam o aprendizado menos significativo e funcional para sua vida cotidiana.
Valorizar os avanços dos estudantes por meio de <i>feedbacks</i> respeitosos e incentivo à autoestima, reconhecendo conquistas individuais e acompanhando o progresso de forma humanizada, como elogiar evoluções na leitura, escrita e participação em sala, sem comparações ou exposições constrangedoras.	Aplicar adesivos de "parabéns", carimbos de rostinhos felizes ou a exposição de <i>rankings</i> de "melhores alunos" com estética infantil. Para o adulto, essas práticas podem soar como uma ridicularização de seu esforço e um desrespeito à sua dignidade social.
Organizar o espaço escolar de forma acolhedora, confortável e adequada ao público adulto, utilizando mobiliário compatível, ambientes respeitosos e práticas que favoreçam a autonomia dos estudantes, permitindo maior liberdade e participação nas rotinas do ambiente escolar.	Organizar o espaço escolar de forma infantilizada ou inadequada à realidade dos estudantes da EJA, com decorações infantis, mobiliário incompatível com adultos e controle excessivo de comportamentos básicos, como exigir filas ou autorizações constantes para ações simples, pois limitam a autonomia e tornam o ambiente pouco acolhedor para o público adulto.

Fonte: As autoras (2026).

Essa "pedagogização da infância" aplicada ao adulto gera o que se pode chamar de estranhamento de identidade. O aluno não se reconhece nas paredes da escola, nem nos livros que abre. Esse desconforto psicológico evolui para um sentimento de inadequação: o estudante passa a acreditar que aquele lugar não foi feito para ele.

Aliado a isso, quando a prática pedagógica ignora a bagagem de vida do educando, ela anula o protagonismo defendido por Paulo Freire. Em vez de uma educação emancipadora, entrega-se uma "educação bancária" (Freire, 1987) que trata o adulto como uma criança incompleta. O resultado direto dessa desmotivação é a evasão; afinal, o aluno que já enfrenta o cansaço de uma jornada de trabalho dificilmente encontrará forças para permanecer em um ambiente que o subestima e o infantiliza diariamente.



Portanto, a permanência na EJA está intrinsecamente ligada ao respeito à identidade adulta. Sem uma metodologia que dialogue com a realidade e a utilidade prática do conhecimento, a escola deixa de ser um porto de oportunidades para se tornar um espaço de exclusão simbólica.

Nesse sentido, Silva e Azevedo (2025) indicam que a ausência de práticas alinhadas às especificidades da vida adulta pode comprometer a relevância do processo educativo para esses sujeitos, o que tende a enfraquecer seu vínculo com a escola e favorecer o abandono.

2.4 ANDRAGOGIA E ESPECIFICIDADES DA APRENDIZAGEM DE ADULTOS

A discussão sobre as práticas pedagógicas voltadas ao público adulto ganha uma nova dimensão a partir do conceito de Andragogia, campo dedicado à compreensão das particularidades da aprendizagem na vida adulta. Enquanto a pedagogia tradicional foca na condução de indivíduos em desenvolvimento inicial, a Andragogia, sob a perspectiva consolidada por Malcolm Knowles (1980), reconhece que o educando adulto não é uma “tábua rasa”, mas um sujeito que chega ao processo educativo trazendo consigo experiências acumuladas no trabalho, na família e em diversos contextos sociais.

De acordo com Knowles (1980), a aprendizagem torna-se mais significativa quando o estudante deixa de ser um receptor passivo e passa a participar ativamente do processo, percebendo utilidade prática no conhecimento construído. Essa perspectiva tem sido essencial para os estudos sobre a EJA no Brasil, pois destaca a necessidade de práticas mais contextualizadas e participativas.

Pesquisas recentes, como a de Silva e Azevedo (2025), evidenciam que a adoção de princípios andragógicos favorece o engajamento dos estudantes, ao aproximar o processo de ensino de suas necessidades reais e experiências de vida. Além disso, observa-se que grande parte desse público concilia o retorno à escola com jornadas exaustivas de trabalho e responsabilidades familiares. Isso exige metodologias flexíveis que não apenas "simplifiquem" o conteúdo, mas que o tornem relevante.

Em turmas de EJA, é possível observar o sucesso de estratégias que utilizam situações do cotidiano como ponto de partida. Atividades relacionadas à organização do orçamento familiar, interpretação de documentos contratuais ou a discussão de notícias sobre temas sociais são exemplos de práticas andragógicas eficazes. Nessas situações, o conhecimento deixa de ser abstrato e passa a estabelecer uma relação concreta com a vida do educando, favorecendo o engajamento e combatendo o sentimento de inadequação gerado por métodos infantis.

Aliado a isso, pesquisadores como Di Pierro et al. (2001) e Miguel Arroyo (2017) reforçam que a permanência do estudante está diretamente ligada à forma como a escola reconhece suas trajetórias. Para Arroyo (2017), os sujeitos da EJA não devem ser definidos apenas pela "ausência" de escolarização, mas pela riqueza de saberes construídos em suas lutas sociais e laborais.



Dessa forma, a incorporação de princípios andragógicos na Educação de Jovens e Adultos atua como uma forma de justiça cognitiva. Ao valorizar o protagonismo e a autonomia, a escola deixa de ser um espaço de exclusão simbólica e se transforma em um ambiente de emancipação, fortalecendo o vínculo do estudante com o ensino e, conseqüentemente, reduzindo os índices de evasão.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A EJA

À luz de produções mais recentes, como a de Silva e Azevedo (2025), a evasão na EJA também pode ser compreendida a partir da fragilidade na construção de sentido do processo educativo. As autoras apontam que, quando as práticas pedagógicas não estabelecem conexões claras com as demandas concretas da vida adulta, o conhecimento tende a ser percebido como pouco relevante, o que compromete o vínculo do estudante com a escola. Essa perspectiva amplia a análise ao indicar que o afastamento do educando não ocorre apenas por inadequação metodológica, mas pela ausência de significado atribuído à aprendizagem.

A análise da literatura revela que a evasão na EJA não é um fenômeno meramente estatístico, mas o resultado de um conflito de identidades. Ao confrontar as trajetórias de exclusão apontadas por Arroyo (2005, 2017) com as evidências de práticas inadequadas citadas por Cavalcanti (2019), observa-se que a escola, muitas vezes, falha em sua promessa de inclusão ao adotar metodologias que anulam a maturidade do educando.

Nesse sentido, os dados e estudos revisados permitem inferir que a infantilização opera como uma barreira invisível. Quando o ambiente escolar ignora as responsabilidades laborais e familiares do adulto, substituindo-as por uma estética e didática infantil, ocorre uma deslegitimação do saber prévio. Como resultado, o "distanciamento" mencionado na literatura não é apenas pedagógico, mas psicológico: o aluno deixa de se reconhecer no currículo e, por consequência, perde o sentido da permanência.

Ademais, a discussão proposta evidencia que a desmotivação é um subproduto da negligência das especificidades do adulto. Para um público que retorna à escola após sucessivos históricos de interrupção, o acolhimento deveria passar pela validação de sua inteligência. No entanto, a persistência de métodos que subestimam essa capacidade atua como um gatilho de expulsão. Portanto, a infantilização não deve ser vista apenas como um erro de percurso, mas como um fator determinante para o enfraquecimento do vínculo identitário entre o estudante e a instituição.

Diante desse cenário, a defesa desta tese sustenta que a transição para práticas baseadas na autonomia é a via estratégica para a redução da evasão. Ao transitar de uma postura de "depósito de conteúdos" para uma abordagem que privilegia a utilidade prática do conhecimento, a EJA cumpre seu papel de justiça cognitiva. A literatura demonstra que o engajamento é diretamente proporcional ao respeito à trajetória do sujeito: quanto mais a prática pedagógica dialoga com a realidade concreta, maior é a resiliência do aluno frente aos obstáculos externos que o levam a abandonar os estudos.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno à escola na vida adulta representa mais do que a conclusão da escolarização interrompida. Para muitos estudantes da EJA, esse processo está relacionado à busca por melhores condições de vida, reconhecimento social e realização pessoal. Este estudo demonstrou que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é meramente uma "segunda chance", mas um território de direitos onde o tempo da vida e o tempo da escola precisam, finalmente, aprender a dialogar.

Ao longo desta pesquisa, a literatura evidenciou que os sujeitos da EJA não chegam às salas de aula desprovidos de saber. Pelo contrário, carregam trajetórias forjadas na urgência da sobrevivência e na complexidade do trabalho. Como bem sinaliza Miguel Arroyo (2017), reconhecer esses saberes não é uma concessão pedagógica, mas um imperativo ético. No entanto, o "gargalo" da evasão escolar revela uma ferida aberta: a persistência de uma infantilização metodológica que, ao tratar o adulto como criança, acaba por expulsá-lo simbolicamente de um espaço que deveria ser seu.

Conclui-se, portanto, que a infantilização das práticas não é apenas um equívoco didático, mas uma barreira que fragiliza o vínculo identitário do aluno com o conhecimento. Quando a escola ignora a autonomia do educando e subestima sua inteligência com métodos anacrônicos, ela reproduz a exclusão que o aluno tentou superar ao cruzar o portão da escola. A resposta para a permanência não reside na simplificação do ensino, mas na sua significação. A adoção de princípios andragógicos que priorizam o protagonismo, a utilidade prática e o diálogo surgem como o antídoto necessário para transformar a sala de aula em um espaço de pertencimento e emancipação.

Por fim, este trabalho ressalta que fortalecer a EJA exige um compromisso que ultrapassa as paredes da escola. Nesse sentido, a modalidade deve ser compreendida como um direito, e não como uma ação compensatória, conforme defende Paiva (2005), sendo fundamental para a promoção da inclusão educacional e social, além de demandar políticas públicas que não enxerguem essa modalidade como algo "menor" ou puramente assistencial. Espera-se que as reflexões aqui tecidas provoquem um olhar mais atento e sensível às especificidades do adulto que aprende. Que a educação deixe de ser um depósito de conteúdo para se tornar, em sua essência, uma prática de liberdade que respeite a história de quem, apesar de todas as adversidades, escolheu o caminho do saber para reescrever o próprio destino.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens e adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens e adultos**: sujeitos, saberes e desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2017.



BASTOS, Silvana Azevedo. Educação de Jovens e Adultos: desafios e diversidade em contextos contemporâneos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 2024. Disponível em: <https://www.ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/620> . Acesso em: 4 maio 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-escolar-da-educacao-basica-2024-resumo-tecnico>. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 mar. 2026.

CAVALCANTI, A. R. S. **A infantilização das práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16321/1/ARSC08102019.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

DELFINO, O. K. V. **A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 15 jan. 2026.

DIAS, H. K. dos S.; SOUZA, D. C.; FERREIRA, J. da S. Evasão escolar na educação de jovens e adultos: revisão da literatura. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 9, p. 8552–8574, 2023. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1596>. Acesso em: 22 fev. 2026.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58–77, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108–130, 2000.

KNOWLES, Malcom S. **The Modern practice of Adult Education**: From pedagogy to andragogy. 2. ed. New York: Cambridge Books, 1980.

MENDES, Érica Renata; OLIVEIRA, Patrícia. A evasão escolar na EJA: um desafio permanente. **Mímesis**, Bauru, v. 38, n. 1, p. 85–100, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisagrado.edu.br/index.php/mimesis/article/view/232>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.



PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos**: direito, concepções e sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, I. T. da; AZEVEDO, L. M. de S. A andragogia na Educação de Jovens e Adultos. **COGNITIONIS Scientific Journal**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e669, 2025. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/669>. Acesso em: 2 mar. 2026.